



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério da Igualdade Racial

Brasília-DF
Março/2025

ÍNDICE

CONTEXTO OPERACIONAL.....	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	5
BALANÇO PATRIMONIAL	12
NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	12
NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO	12
NOTA 03 - DEMAIS OBRIGAÇÕES.....	13
NOTA 04 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
NOTA 05 - CONTROLES CONTÁBEIS	13
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	14
NOTA 06 - RESULTADO PATRIMONIAL.....	14

MINISTRA DA IGUALDADE RACIAL
Anielle Franco

SECRETÁRIA-EXECUTIVA
Roberta Eugênio

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Esther Dweck

SECRETÁRIA-EXECUTIVA
Cristina Kiomi Mori

SECRETÁRIO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS
Cilair Rodrigues de Abreu

DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
Leonardo David da Silva Luz

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE
Enoque da Rocha Costa

EQUIPE TÉCNICA:
Rafael de Souza
Alexandre Gomes Oliveira
Filipe Antunes Barros

Email: cicon.cgcon.dfc@economia.gov.br

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério da Igualdade Racial (MIR) foi criado pela Medida Provisória nº 1.154, de 01/01/2023, convertida na [Lei nº 14.600](#), de 19/6/2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Conforme o [Decreto nº 11.346](#), de 01/01/2023, constituem áreas de competência do MIR:

- I - políticas e diretrizes destinadas à promoção da igualdade racial e étnica;
- II - políticas de ações afirmativas e combate e superação do racismo;
- III - políticas para quilombolas, povos e comunidades tradicionais;
- IV - políticas para a proteção e o fortalecimento dos povos de comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiro;
- V - articulação, promoção, acompanhamento e avaliação da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, destinado à implementação da promoção da igualdade racial e étnica, ações afirmativas, combate e superação do racismo;
- VI - coordenação e monitoramento na implementação de políticas intersetoriais e transversais de igualdade racial, ações afirmativas, combate e superação do racismo;
- VII - auxílio e proposição aos órgãos competentes na elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária para atender de forma transversal à promoção da igualdade racial, ações afirmativas, combate e superação do racismo; e
- VIII - coordenação das ações no âmbito do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir.

Estas e outras informações relevantes a respeito do MIR relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no link <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br>

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios.

Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), atenderá inicialmente os seguintes ministérios: o próprio Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Fazenda; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Planejamento e Orçamento; Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Povos Indígenas.

Posteriormente, o Ministério das Mulheres (MM), o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério da Previdência Social (MPS) foram integrados ao arranjo colaborativo.

Para mais informações sobre o novo modelo de compartilhamento de atividades de administração, acesse a íntegra da [Portaria MGI nº 43/2023](#).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

Ativo	NE	Órgão	
		2025	2024
Circulante		133.429.431	125.849.700
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	3.231.082	5.296.358
Créditos a Curto Prazo	2	130.198.349	120.553.342
Demais Créditos e Valores	2.1	130.198.349	120.553.342
Demais Créditos e Valores	2.1	131.061.043	121.416.036
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	2.1 -	862.694	-
		862.694	862.694
Investimentos e Aplicações Temporárias	-	-	-
Estoques	-	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-
Não Circulante		2.787.497	2.504.020
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	-	2.787.497	2.504.020
Bens Móveis	-	2.787.497	2.504.020
Bens Móveis	-	2.789.220	2.504.020
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	- -	1.723	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Total do Ativo		136.216.928	128.353.720

Passivo	NE	Órgão	
		2025	2024
Circulante		3.109.220	3.302.894
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar	-	1.544.020	1.792.363
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	-	482.831
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	-	-	-
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	3	1.565.200	1.027.700
Não Circulante		-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag.	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar	-	-	-
Obrigações Fiscais	-	-	-
Transferências Fiscais	-	-	-
Provisões	-	-	-
Demais Obrigações	-	-	-
Total do Passivo Exigível	NE	3.109.220	3.302.894
Patrimônio Líquido		133.107.708	125.050.827
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-
Demais Reservas	-	-	-
Resultados Acumulados	4	133.107.708	125.050.827
Resultado do Exercício	4	7.927.819	77.935.710
Resultados de Exercícios Anteriores	4	125.050.827	75.679.587
Ajustes de Exercícios Anteriores	4	129.062	-
Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		136.216.928	128.353.720

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	Órgão	
	2025	2024
Ativo	136.216.928	128.353.720
Financeiro	3.231.082	5.296.358
Permanente	132.985.846	123.057.363
Passivo	17.545.508	24.145.617
Financeiro	16.707.627	23.445.522
Permanente	837.881	700.095
Saldo Patrimonial	118.671.420	104.208.104

Quadro das Contas de Compensação

Contas de Compensação	Órgão	
	2025	2024
Ativos	75.000	75.000
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	75.000	75.000
Passivos	31.270.773	37.081.224
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	27.257.884	33.068.335
Obrigações Contratuais	4.012.889	4.012.889
Saldo Patrimonial	- 31.195.773	- 37.006.224

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

Superávit/Déficit Financeiro	Órgão	
	2025	2024
Recursos Ordinários	- 13.204.262	- 17.871.981
Recursos Vinculados	- 272.283	- 277.183
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	-
Previdência Social (RPPS)	- 97.800	-
Previdência Social (RGPS)	-	-
Dívida Pública	- 174.483	- 277.183
Fundos, Órgãos e Programas	-	-
Total	- 13.476.545	- 18.149.164

Demonstração das Variações Patrimoniais

Variação Patrimonial	NE	Órgão	
		2025	2024
Aumentativa	6.1	36.018.896	24.547.147
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		26.132.884	17.415.328
Transferências Intragovernamentais		26.084.203	17.415.328
Outras Transferências e Delegações		48.681	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos		9.881.703	6.991.183
Ganhos com Incorporação de Ativos		9.881.703	6.991.183
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		4.309	140.636
Diversas Variações Patrimoniais		4.309	140.636
Diminutiva	6.2	28.091.077	18.393.083
Pessoal e Encargos		4.520.975	3.977.300
Remuneração a Pessoal		3.341.342	3.085.567
Encargos Patronais		492.466	454.808
Benefícios a Pessoal		611.571	359.386
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas -		75.597	77.540
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		20.361	8.184
Outros Benefícios Previdenciários e		20.361	8.184
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		1.866.975	498.951
Serviços		1.865.252	498.951
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.723	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	87
Juros e Encargos de Mora		-	87
Transferências e Delegações Concedidas		21.380.842	9.735.814
Transferências Intragovernamentais		6.120.202	9.485.814
Transferências Intergovernamentais		10.782.163	250.000
Transferências ao Exterior		4.478.477	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		301.224	4.172.745
Perdas Involuntárias		272	-
Desincorporação de Ativos		300.952	4.172.745
Tributárias		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		700	-
Diversas Variações Patrimoniais		700	-
Resultado Patrimonial do Período	6	7.927.819	6.154.064

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa	Órgão	
	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	- 1.957.548	3.238.895
INGRESSOS	26.013.654	17.570.088
Outros Ingressos Operacionais	26.013.654	17.570.088
Ingressos Extraorçamentários	575.142	14.124
Transferências Financeiras	25.434.203	17.415.328
Arrecadação de Outra Unidade	4.309	140.636
DESEMBOLSOS	- 27.971.201	- 14.331.193
Pessoal e Demais Despesas	- 4.544.841	- 4.060.676
Administração	-	34.988
Relações Exteriores	- 3.042	-
Previdência Social	-	28.104
Educação	- 2.619	-
Direitos da Cidadania	- 4.539.180	- 3.997.583
Transferências Concedidas	- 16.237.761	- 692.587
Intragovernamentais	- 494.290	- 442.587
Outras Transferências Concedidas	- 15.743.471	- 250.000
Outros Desembolsos Operacionais	- 7.188.600	- 9.577.931
Dispêndios Extraorçamentários	- 10.452	-
Transferências Financeiras	- 5.470.202	- 9.555.814
Demais Pagamentos	- 1.707.946	- 22.116
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 107.729	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	- 107.729	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	- 2.065.276	3.238.895
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.296.358	1.028.514
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.231.082	4.267.409

Balanço Orçamentário

Órgão					
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	
Corrente	-	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
Subtotal de Receitas	-	-	-	-	-
Total das Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-
Refinanciamento	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas - Mobiliária	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	-	-	-	-	-
Déficit	-	-	15.334.215	15.334.215	
Total	-	-	15.334.215	15.334.215	

Órgão						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Corrente	33.836.033	33.836.033	15.334.215	4.622.442	3.210.844	18.501.818
Pessoal e Encargos Sociais	17.508.917	17.508.917	14.007.100	3.827.801	2.645.707	3.501.817
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	16.327.116	16.327.116	1.327.115	794.640	565.137	15.000.001
Capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas	33.836.033	33.836.033	15.334.215	4.622.442	3.210.844	18.501.818
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	33.836.033	33.836.033	15.334.215	4.622.442	3.210.844	18.501.818
Superávit	-	-	-	-	-	-
Total	33.836.033	33.836.033	15.334.215	4.622.442	3.210.844	18.501.818

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Restos a Pagar Não Processado	Órgão					
	Inscritos Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	1.613.727	17.529.139	14.902.208	14.902.208	1.324.305	2.916.353
Pessoal e Encargos Sociais	155.614	374.897	257.260	257.260	-	273.252
Outras Despesas Correntes	1.458.112	17.154.242	14.644.948	14.644.948	1.324.305	2.643.101
Despesa de Capital	807.156	1.441.000	748.729	748.729	422.164	1.077.263
Investimentos	807.156	1.441.000	748.729	748.729	422.164	1.077.263
Total	2.420.882	18.970.139	15.650.936	15.650.936	1.746.469	3.993.616

Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Restos a Pagar Processado	Órgão				
	Insc. Ex. Anteriores	Insc. 31/12 Ex. Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	4.572	2.049.928	2.028.550	-	25.950
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.310.919	1.310.919	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.572	739.009	717.631	-	25.950
Despesa de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
Total	4.572	2.049.928	2.028.550	-	25.950

Balanço Financeiro

	Órgão	
INGRESSOS	2025	2024
Receitas Orçamentárias	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	26.084.203	17.415.328
Resultantes da Execução Orçamentária	12.290.529	12.773.766
Cota Recebida	12.290.529	12.773.766
Repasso Recebido	-	-
Sub-repasso Recebido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	13.793.674	4.641.563
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	11.597.479	196.082
Demais Transferências Recebidas	99.336	4.118.471
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.096.859	327.009
Recebimentos Extraorçamentários	12.702.822	9.651.410
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.411.598	1.047.977
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	10.711.774	8.448.673
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	575.142	14.124
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.309	140.636
Arrecadação de Outra Unidade	4.309	140.636
Saldo do Exercício Anterior	5.296.358	1.028.514
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.296.358	1.028.514
TOTAL	44.083.383	28.095.253

	Órgão	
DISPÊNDIOS	2025	2024
Despesas Orçamentárias	15.334.215	12.607.551
Ordinárias	15.236.415	12.423.172
Vinculadas	97.800	184.379
Previdência Social (RPPS)	97.800	184.379
Transferências Financeiras Concedidas	6.120.202	9.555.814
Resultantes da Execução Orçamentária	6.120.202	9.555.814
Ressasse Concedido	6.120.202	5.956.200
Sub-repasso Concedido	-	-
Cota Devolvida	-	3.599.614
Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Movimento de Saldos Patrimoniais	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	19.397.884	1.664.478
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.028.550	1.246.727
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	15.650.936	395.634
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.452	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.707.946	22.116
Demais Pagamentos	1.707.946	22.116
Saldo para o Exercício Seguinte	3.231.082	4.267.409
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.231.082	4.267.409
TOTAL	44.083.383	28.095.253

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2025

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do MIR.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do MIR administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- vii. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas

representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MIR, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea "a", da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

C) Créditos de Curto e Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- i. demais valores.

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

D) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. demais obrigações.

E) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superávit/Deficit do Exercício".

O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

Consolidação: Na elaboração das Demonstrações Contábeis do MIR, foram utilizados critérios de consolidação de itens das demonstrações que compensam ou eliminam as transações que possuem o 5º nível da conta contábil igual a 2 ("intragovernamental") das contas de natureza de informação patrimonial. Essas contas não são eliminadas no processo de elaboração das demonstrações contábeis do MIR porque o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União (BGU).

- ii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iii. **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

F) Composição do Órgão e Órgão Superior

ÓRGÃO

MIR

Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo

Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Ciganos

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Detalhamento	Órgão			
	31/03/2025	31/12/2024	AH	AV
Moeda Nacional	3.231.082	5.296.358	-39%	100%
Total	3.231.082	5.296.358	-39%	100%

Circulante 3.231.082 5.296.358
Não Circulante - -

1.1 Moeda Nacional

A tabela a seguir demonstra a composição da "Moeda Nacional" item mais significativo da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Moeda Nacional	Órgão			
	31/03/2025	31/12/2024	AH	AV
Limite De Saque	3.231.082	5.296.358	-39%	100%
Total	3.231.082	5.296.358	-39%	100%

Circulante 3.231.082 5.296.358
Não Circulante - -

NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO

2.1 Demais Créditos

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos grupos de contas anteriores) realizáveis no curto e longo prazo.

Demais Créditos e Valores	Órgão			
	31/03/2025	31/12/2024	AH	AV
Adiantamento TED	129.970.995	120.389.292	8%	72%
Créditos por Dano ao Patrimônio	49.104.080	49.104.080	0%	27%
Adiantamento Concedidos a Pessoal	227.354	164.051	39%	0%
Subtotal	179.302.429	169.657.422	6%	100%
(-) Ajuste para Perdas	- 49.104.080	- 49.104.080	-	-38%
Total	130.198.349	120.553.342	8%	62%

Circulante 130.198.349 120.553.342
Não Circulante - -

2.1.1 Adiantamento - TED

Compreende os direitos decorrentes de adiantamentos concedidos, por termos de execução descentralizada. O TED é o Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática, disciplinado pelo Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020". As parcerias que envolvem a descentralização de créditos pelo MIR encontram-se disponíveis em: [Transferências Voluntárias – Ministério da Igualdade Racial \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

2.1.2 Créditos por Dano ao Patrimônio

Os Créditos por Dano ao Patrimônio são valores apurados por meio de Tomadas de Contas Especiais (TCE) instauradas pelo Órgão contra responsáveis pela gestão de recursos públicos que foram encaminhadas ao TCU. Esses créditos são provenientes de danos ao erário e têm como objetivo o resarcimento dos valores à administração pública.

O montante registrado corresponde ao valor atualizado de realização, apurado com base na ferramenta Sistema de Atualização de Débito, disponibilizada no portal do TCU. Essa atualização considera os índices oficiais aplicáveis para correção monetária e juros, quando cabíveis.

A atualização dos créditos já contabilizados é feita anualmente, no mês de dezembro, visando refletir de forma precisa o valor recuperável dos bens. Essa prática assegura que os saldos registrados no balanço patrimonial estejam alinhados com as condições econômicas e financeiras vigentes.

A) Ajuste para Perdas – TCE

O Ajuste para Perdas refere-se ao processo de estimativa de redução do valor recuperável dos créditos registrados em função da probabilidade de inadimplência ou não recuperação desses montantes. Essa prática está em conformidade com os princípios de contabilidade aplicada ao setor público, garantindo a aderência às normas de reconhecimento de ativos.

Conforme a Macrofunção 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas, no item 6.2: "Para mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, recomenda-se a utilização da metodologia baseada no histórico de recebimentos passados (...)."

Com base nessa diretriz, o cálculo do Ajuste para Perdas relacionados às Tomadas de Contas Especiais utilizou uma metodologia que considerou a análise histórica, na qual foram avaliados os dados dos últimos três exercícios financeiros para identificar padrões de inadimplência ou recuperação parcial dos créditos registrados. Essa análise é feita considerando o comportamento real dos pagamentos recebidos no período.

Cabe destacar que a metodologia é revisada anualmente, considerando novos dados e mudanças nas condições econômicas, jurídicas ou administrativas que possam impactar a recuperação dos créditos.

NOTA 03 - DEMAIS OBRIGAÇÕES

As Demais Obrigações compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo e constituem-se das obrigações com pessoal, retenções e consignação, bem como as transferências recebidas pendentes de comprovação.

Demais Obrigações	Órgão			
	31/03/2025	31/12/2024	AH	AV
TED	700.000	700.000	0%	45%
Consignações	274.465	274.011	0%	18%
Diárias a Pagar	26.045	26.045	0%	2%
Total	1.565.200	1.027.700	52%	100%
Circulante	1.565.200	1.027.700		
Não Circulante	-	-		

NOTA 04 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está detalhado de acordo com a tabela abaixo:

PL	Órgão		AH	AV
	31/03/2025	31/12/2024		
Resultado do Exercício	7.927.819	77.935.710	-90%	6%
Result. de Ex. Anteriores	125.050.827	75.679.587	65%	94%
Ajustes de Ex. Anteriores	129.062	- 28.564.471	-100%	0%
Total	133.107.708	125.050.827	6%	100%

NOTA 05 - CONTROLES CONTÁBEIS

5.1 Convênios e Instrumentos Congêneres

A execução de valores relacionados a convênios e outros instrumentos congêneres envolve a formalização de parcerias entre a administração pública e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum. Esses instrumentos possibilitam a transferência de recursos financeiros para a execução de projetos e ações que contribuem para o desenvolvimento social, econômico e institucional.

Os convênios são regulados por normativos específicos e exigem a observância de critérios técnicos, jurídicos e financeiros para garantir a correta aplicação dos recursos públicos. A prestação de contas e o acompanhamento da execução são etapas essenciais para assegurar a transparéncia e a efetividade das ações financiadas.

Para mais detalhes sobre os convênios, incluindo a consulta à data de fim de vigência dos instrumentos, acesse o site do [TransfereGov](#), plataforma oficial para gestão, acompanhamento e prestação de contas dessas transferências.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 06 - RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em **março de 2025** foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Patrimonial	Órgão			
	31/03/2025	31/03/2024	AH	AV
VPA	36.018.896	24.547.147	47%	147%
VPD	28.091.077	18.393.083	53%	114%
Total	7.927.819	6.154.064	29%	32%

I. Consolidação

A descentralização de recursos financeiros, no âmbito do MIR, ocorre através do Limite de Saque, que permite a vinculação de recursos às respectivas despesas. A operacionalização do Limite de Saque está prevista na Macrofunção Siafi 020303.

No Siafi, os lançamentos contábeis da descentralização e vinculação de recursos são executados mediante a utilização de contas contábeis intragovernamentais. Conforme mencionado anteriormente, o Siafi não está parametrizado para realizar a consolidação a nível de Órgão/Ministério, mas apenas no nível do Balanço Geral da União.

Em decorrência disso, as contas de VPA e VPD se apresentam superavaliada devido à rotina de descentralização de recursos financeiros. Ressalta-se que ocorre a descentralização da Setorial Orçamentária e Financeira para a UG beneficiária do recurso.

Nos moldes da NBC TSP – Estrutura Conceitual, para que a informação contábil seja útil, ela deve retratar a essência ou a substância das transações, bem como corresponder fielmente aos fatos econômicos que pretende representar. Essa setorial realizou a consolidação da demonstração contábil, evitando-se assim a superavaliação nas contas VPA e VPD, conforme quadro abaixo:

Demonstração da Variação Patrimonial	31/03/2025	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	63.063.855	- 36.930.971	26.132.884
Transferências e Delegações Concedidas	58.311.813	- 36.930.971	21.380.842

Demonstração da Variação Patrimonial	31/03/2024	Consolidação	Saldo após Ajuste
Transferências e Delegações Recebidas	37.828.480	- 20.413.151	17.415.328
Transferências e Delegações Concedidas	30.148.966	- 20.413.151	9.735.814

6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MIR e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

VPA	Órgão			
	31/03/2025	31/03/2024	AH	AV
Transferências e Delegações Recebidas	26.132.884	17.415.328	50%	73%
Valoriz. e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos	9.881.703	6.991.183	41%	27%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.309	140.636	-97%	0%
Total	36.018.896	24.547.147	47%	100%

6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MIR, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

VPD	Órgão			
	31/03/2025	31/03/2024	AH	AV
Transferências e Delegações Concedidas	21.380.842	9.735.814	120%	76%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	301.224	4.172.745	100%	1%
Pessoal e Encargos Sociais	4.520.975	3.977.300	100%	16%
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	1.866.975	498.951	274%	7%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	20.361	8.184	100%	0%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	87	100%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	700	-	100%	0%
Total	28.091.077	18.393.083	53%	100%

6.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

Detalhamento	Órgão	
	31/03/2025	31/03/2024
VPA Financeiras	-	-
VPD Financeiras	-	87
Total	-	87

6.4 Desempenho Não Financeiro

Na tabela abaixo, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

Detalhamento	Órgão	
	31/03/2025	31/03/2024
VPA Não Financeiras	36.018.896	24.547.147
VPD Não Financeiras	- 28.091.077	- 18.392.995
Total	7.927.819	6.154.152